



PEC DOS PRECATÓRIOS

Senadores temem “farra eleitoral”

Relatório é criticado na CCJ por “carimbar” apenas uma fatia do espaço fiscal a ser aberto com a proposta. Votação será terça-feira

» JORGE VASCONCELLOS

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), concedeu, ontem, vista coletiva do parecer da PEC dos Precatórios e adiou a votação da matéria para a próxima terça-feira. A decisão, que atendeu a solicitações de vários partidos, foi tomada logo após a leitura do texto pelo relator, Fernando Bezerra (MDB-PE), líder do governo na Casa. O conteúdo desagradou a parlamentares por “carimbar” apenas uma fatia do espaço fiscal a ser aberto no Orçamento de 2022 para o pagamento do Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família.

A folga fiscal prevista para o Orçamento do próximo ano, estimada pelo governo em R\$ 106,1 bilhões, deve ser obtida, conforme a PEC, por meio de mudanças no cálculo do teto de gastos e da definição de um limite para pagamento de precatórios — dívidas da União reconhecidas pela Justiça. Em 2022, esses débitos somam R\$ 89 bilhões.

Apesar de uma série de alterações feitas pelo relator, senadores demonstraram preocupação com a possibilidade de ocorrer uma “farra eleitoral” no próximo ano, já que foram carimbados apenas 60% do montante a ser liberado pela PEC. Bezerra vinculou esse percentual ao pagamento de R\$ 400 do Auxílio Brasil; a despesas com Saúde, Previdência e assistência social; entre outras (veja quadro).

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) considera que o texto do relator está “muito aberto”. Para a parlamentar, é preciso evitar que o espaço fiscal no Orçamento possibilite “todo tipo de negociação não republicana”, sobretudo com a utilização das emendas do relator. Também conhecidas como RP9, essas emendas foram suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por não terem transparência e dificultarem a fiscalização do uso

do dinheiro público.

Segundo Tebet, senadores querem explicitar na PEC que o espaço fiscal criado será usado apenas para as finalidades que justificaram a proposta: o pagamento de precatórios e o Auxílio Brasil, e não para “fazer graça” em um ano eleitoral.

“Por mais esforço que (o relator) tenha feito, é insuficiente para que o governo tenha os votos necessários. O grande ponto de divergência dos senadores não foi solucionado no relatório. (Queremos) que todo o espaço fiscal criado seja exclusivamente para precatórios, pagar o Auxílio Brasil ou toda sorte de benefícios sociais”, afirmou.

Tebet apresentou quatro emendas ao parecer de Bezerra. Uma delas estabelece que qualquer aumento de recursos advindos de mudanças no teto de gastos seja destinado somente ao pagamento das transferências emergenciais de renda e de precatórios, prevenindo eventuais desvios com finalidades diversas.

Adiamento

Na reunião de ontem, os senadores acordaram um pedido coletivo de vistas, o que levou ao adiamento da votação da PEC. Mas o vice-líder do PSD no Senado, Omar Aziz (AM), afirmou, em um discurso duro, não ver condições para apreciação na semana que vem. “Não adianta querer açodar as coisas porque o governo quer”, frisou. Ele disse apoiar o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 400, mas deseja saber se o valor será permanente ou “polítiquinho”. “Não iremos, açodadamente, votar absolutamente nada.”

Aziz questionou a decisão de Alcolumbre, já que a previsão era de que a semana que vem fosse dedicada à apreciação de indicações a órgãos como Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Há tempo até 15 de dezembro”, destacou Aziz. “Não creio

Pedro França/Agência Senado



Alcolumbre conversa com Bezerra: presidente da CCJ concedeu vista coletiva sobre parecer

que em uma semana é possível chegar a consenso entre senadores para votar uma matéria como essa”, acrescentou.

O senador do Amazonas recebeu o apoio do líder do PDT na Casa, Weverton Rocha (MA), que defendeu a votação na comissão na semana de 7 de dezembro. Mesmo assim, Alcolumbre manteve a votação da proposta para a terça que vem, a pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A bancada do PSD no Senado, a segunda maior da Casa, com 12 representantes, é uma das que manifestam insatisfação com o governo na discussão da PEC e vai agir para adiar a votação.

Após reunião entre os senadores do partido e especialistas, o líder do PSD no Senado, Nelsinho Trad (MS), afirmou que o grupo concorda em tornar

o Auxílio Brasil permanente e abrir espaço para a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos, mas destacou haver divergência entre os parlamentares da legenda sobre outros pontos da PEC.

O adiamento da votação na CCJ dificulta ainda mais a situação do governo, que depende da promulgação da PEC para começar a pagar o Auxílio Brasil de R\$ 400 em dezembro, antes do Natal, a cerca de 17 milhões de famílias. O esforço, agora, é para que, após uma eventual aprovação na comissão, a matéria seja logo encaminhada ao plenário do Senado.

Em caso de aprovação, o texto voltará à Câmara, em razão das modificações feitas por Bezerra.

Após a leitura do relatório, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe

Salto, fez uma série de críticas ao texto. “O que a Câmara aprovou de ruim não está sendo melhorado. O teto continua a ser mudado retroativamente; na prática, é o seu fim”, disse o economista pelas redes sociais.

Salto enfatizou que “os precatórios continuam sendo limitados por uma regra que representará o calote, o que já afeta fortemente as perspectivas do mercado”. “Veja o caso dos juros precificados a 12% para o ano que vem. Com isso, a dívida está aumentando”, alertou.

Segundo o economista, “as mudanças apresentadas não melhoram o texto”. “O auxílio é carimbado na Constituição, mas fica dispensada a observação das regras de compensação da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). É um drible”, sustentou.

Alterações no texto

» Dar caráter permanente ao Auxílio Brasil, que acabaria em dezembro de 2022.

» Manter R\$ 400 como piso para o Auxílio Brasil, mas citar a fonte de recursos.

» Vincular parte do espaço fiscal para o pagamento do auxílio e de despesas relacionadas ao valor do salário mínimo, como os gastos previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada; os valores mínimos constitucionais para saúde e educação, além das transferências para os demais Poderes. Essa vinculação também garantiria espaço para a prorrogação da desoneração da folha salarial de 17 setores da economia que mais empregam no país.

» Assegurar o pagamento dos precatórios ligados ao antigo Fundef (Fundo de Financiamento da Educação Básica, anterior ao Fundeb) devido a estados, estabelecendo que 40% da dívida seja paga até 30 de abril e que 30% sejam depositados na conta dos governos estaduais até 31 de agosto, ou seja, garantindo que a maior parte dos recursos seja transferida antes do período eleitoral.

» Garantir o acesso dos professores aos recursos extraordinários do Fundef, mas definindo seu pagamento por meio de abono salarial, e não como reajuste salarial.

» Cria uma comissão mista, formada por deputados e senadores, que ficará encarregada de realizar auditoria no setor de precatórios.

» Ajustar a redação sobre a utilização de precatórios e direitos creditórios de terceiros.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Ao comparar Merkel a Ortega, Lula baixou a guarda para Moro

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva baixou a guarda para seus adversários ao comparar a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, ao presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, em entrevista ao prestigiado jornal espanhol El País. Todo o sucesso de seu périplo pela Europa, no qual se encontrou com as principais lideranças do continente, para efeito da sua narrativa de campanha eleitoral, foi zerado pela declaração infeliz.

Lula começou bem: “Todo político que começa a se achar imprescindível ou insubstituível, começa a virar um pequeno ditador. Por isso, eu sou favorável à alternância de poder”, afirmou. No meio do caminho, pisou na bola: “Posso ser contra, mas não posso ficar interferindo nas decisões de um povo. Nós temos de defender a autodeterminação dos povos. Por que a Angela Merkel pode ficar 16 anos no poder, e o Daniel Ortega não?”

Lula foi contestado pela entrevistadora, que lembrou ao petista que

Merkel não mandava prender seus opositores, como Ortega. Lula ainda tentou consertar, mas o estrago já estava feito. Merkel governou a Alemanha por 16 anos, num regime parlamentarista, no qual dependia de resultados eleitorais e das alianças no Congresso para se manter no cargo. Ortega se reelegeu, pela quarta vez sucessiva, depois de mandar prender sete candidatos de oposição e inventar candidatos laranjas.

As alianças de Lula na América Latina, principalmente com Nicolás Maduro, na Venezuela, e Daniel Ortega, na Nicarágua, além da defesa do regime comunista em Cuba, são pontos fracos da candidatura de Lula, porque sinalizam falta de compromisso com a democracia representativa. Provocado por jornalistas, o petista levantou suspeitas sobre suas intenções: “Não é só em Cuba que protestos são proibidos. No mundo inteiro protestos são proibidos. Greves são

proibidas. A polícia bate em muita gente, no mundo inteiro, a polícia é muito violenta”, argumentou.

Existe muita ambiguidade nas posições do PT em relação à democracia representativa. O partido fez autocritica pela esquerda em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff, que foi afastada pelo impeachment, o que os petistas classificam como um “golpe de Estado”. Na resolução que analisou as razões do impeachment, o PT defende posições do tipo: não controlamos a mídia, fizemos concessões demais aos aliados do Centrão e à oposição, erramos nas indicações para o Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa postura abre espaço para todos os adversários, não somente ao presidente Jair Bolsonaro. Já vinha sendo atacada pelo candidato do PDT, Ciro Gomes, que representa uma barreira à ampliação das alianças petistas em direção ao centro político. Mas são a narrativa

contrária à Operação Lava-Jato e a falta de autocritica em relação ao escândalo da Petrobras que revelam uma nova ameaça: a pré-candidatura do ex-ministro da Justiça Sergio Moro.

A jornada do herói

O ex-juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, que comandou a Lava-Jato e condenou Lula, voltou dos Estados Unidos, onde trabalhava como consultor num grande escritório de advocacia, e entrou na cena eleitoral com muita força. Moro avança na faixa dos indecisos para ocupar espaços desejados por outros candidatos: o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM); o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); a senadora Simone Tebet (MDB-MS); e o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Os governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS) se enrolaram nas prévias do PSDB e disputam

uma partida de soma zero.

No hemisfério das paixões políticas, houve uma mudança de cenário. O choque principal da eleição era entre dois políticos carismáticos com passagens pelo poder, que permitem comparações objetivas sobre suas realizações passadas, e candidatos que se esforçavam por trazer a disputa para o terreno da racionalidade de propostas exequíveis de futuro. Moro pôs em cena o mito da jornada do herói, cujo padrão é aquele da odisseia grega de Ulysses. O herói se aventura de um mundo familiar para terras estranhas e, às vezes, ameaçadoras: a passagem pelo deserto, a tempestade no oceano ou a travessia da floresta escura. Com isso, atrai aqueles que estão se sentindo perdidos e desorientados, mas que podem mudar de vida e se beneficiar se aventurando a segui-lo, por não terem quase nada a perder.